

Working Paper CEsA CSG 144 / 2016

JUVENTUDES PARTIDÁRIAS PORTUGUESAS: QUE VISÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO GLOBAL?*

Inês SANTOS; Sara Peres DIAS e Luís MAH

Resumo

O ponto de partida da nossa reflexão passou pela dúvida em relação ao conhecimento aprofundado dos/as jovens portugueses relativamente às temáticas Globais e aos paradigmas que vêm sendo dominantes na última década: qual o grau de participação e mobilização dos/as jovens portugueses/as para as temáticas da Cooperação Internacional? Qual o seu papel enquanto Agentes na mobilização e na advocacia junto dos/as nossos/as decisores/as políticos/as?. Sabemos que, ao longo dos anos, a distância entre as intenções e os Tratados Internacionais e Declarações globais de princípios colide com as prioridades nacionais e a vontade dos Estados. A retórica política está muitas vezes a milhas da ação política real e de interesses privados. Por isso, procurámos envolver nesta pesquisa aqueles/as jovens que, já tendo responsabilidades representativas no sistema partidário, terão provavelmente no futuro responsabilidades governativas ou legislativas. Colocando as Juventudes Partidárias Portuguesas em cena, quisemos iniciar com estas uma discussão em torno de temáticas sobre Desenvolvimento Global, de forma a lançar as primeiras bases para um futuro trabalho conjunto que possa influenciar e reforçar a importância da área e das organizações que nela têm vindo a desenvolver atividades.

* Este Documento de Trabalho foi realizado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do projeto Sinergias ED (www.sinergiased.org), promovido pela Fundação Gonçalo da Silveira e pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e cofinanciado pelo Camões - ICL.

WORKING PAPER/DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina** é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O **CEsA** está atualmente integrado no **CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão**, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

OS AUTORES

Inês SANTOS

Gestora de Projetos em Educação para a Cidadania Global, Associação Par - Respostas Sociais.

Sara Peres DIAS

Gestora de Projetos de Cooperação Internacional, (Associada) Associação Par - Respostas Sociais.

Luís MAH

Investigador Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA), *Lisbon School of Economics and Management*, Universidade de Lisboa.

INDÍCE:

INTRODUÇÃO	4
1. MOBILIZAÇÃO DE JOVENS E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL	5
1.1. MOBILIZAÇÃO DE JOVENS EM PORTUGAL.....	9
2. UMA NOVA AGENDA GLOBAL, O MUNDO HOJE.....	10
3. JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM PORTUGAL E A NOVA AGENDA GLOBAL	14
3.1. METODOLOGIA.....	14
3.2. BREVE INTRODUÇÃO ÀS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM PORTUGAL	18
3.3. JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: COMO PENSAM SOBRE O DESENVOLVIMENTO GLOBAL? 21	
CONCLUSÕES.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

INTRODUÇÃO

O ponto de partida da nossa reflexão passou pela dúvida em relação ao conhecimento aprofundado dos/as jovens portugueses relativamente às temáticas Globais e aos paradigmas que vêm sendo dominantes na última década: qual o grau de participação e mobilização dos/as jovens portugueses/as para as temáticas da Cooperação Internacional? Qual o seu papel enquanto Agentes na mobilização e na advocacia junto dos/as nossos/as decisores/as políticos/as?

Sabemos que, ao longo dos anos, a distância entre as intenções e os Tratados Internacionais e Declarações globais de princípios colide com as prioridades nacionais e vontade dos Estados. A retórica política está muitas vezes a milhas da ação política real e de interesses privados. Por isso, procurámos envolver nesta pesquisa aqueles/as jovens que, já tendo responsabilidades representativas no sistema partidário, terão provavelmente no futuro responsabilidades governativas ou legislativas. Colocando as Juventudes Partidárias Portuguesas em cena, quisemos iniciar com estas uma discussão em torno de temáticas sobre Desenvolvimento Global, de forma a lançar as primeiras bases para um futuro trabalho conjunto que possa influenciar e reforçar a importância da área e das organizações que nela têm vindo a desenvolver atividades. Estas organizações políticas têm estado distantes do sector da Cooperação Portuguesa e com este trabalho exploratório pretendemos inverter esta tendência e dar um contributo no sentido de perceber que tipo de envolvimento e conhecimento das temáticas têm estes/as jovens, quais os diferentes posicionamentos perante as diversas temáticas e, finalmente, motivá-los/as para um maior trabalho de pesquisa e aprendizagem e para a sua ação e advocacia em prol dos temas junto das suas estruturas partidárias.

No capítulo seguinte refletimos sobre como é pensada, atualmente, a mobilização da juventude a nível europeu, percebendo quais as prioridades definidas e o papel da Educação para a Cidadania Global neste envolvimento. Abordamos ainda, de forma breve, as visões dos/as jovens portugueses, principalmente daqueles/as com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, em torno das temáticas do desenvolvimento, através de uma breve análise do Eurobarómetro “O Ano Europeu para o Desenvolvimento

– As Opiniões dos Cidadãos sobre Desenvolvimento, Cooperação e Ajuda”, lançado em 2015.

No capítulo três apresentamos uma contextualização das temáticas globais atuais, dando especial enfoque à nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especificando como se desenrolou o processo de construção e quais as prioridades definidas.

No capítulo quatro avançamos uma explicação da metodologia seguida, bem como uma introdução às estruturas estudadas, dando a conhecer as suas visões e valores. Terminamos esta secção com a apresentação dos resultados do momento presencial que realizámos com representantes das diferentes Juventudes Partidárias, expondo o que aproxima e/ou separa as diferentes estruturas. Nas conclusões pretendemos, de forma crítica, analisar os diferentes contributos obtidos.

1. MOBILIZAÇÃO DE JOVENS E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL

Com a definição de uma nova Agenda 2030, com preocupações e impacto a nível global, pesa refletir sobre qual poderá ser o papel dos/as jovens na discussão em torno destas temáticas. Porém, como é pensada, atualmente, a mobilização da juventude a nível europeu? Quais as prioridades definidas?

A Par – Respostas Sociais, Organização Não Governamental de âmbito nacional e internacional, atua na área da juventude procurando inspirar cada jovem a concretizar o seu potencial na construção de sociedades mais solidárias e inclusivas. Desde cedo que a organização tem apostado também na área da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, que passou a constituir-se como área prioritária dentro da organização, em resultado do interesse pelas temáticas e formas de intervenção que assume. Acreditamos que o envolvimento dos/as jovens como atores centrais no percurso para a transformação social é essencial, tendo sido um aspeto central de projetos como a

“Agência ODM”, desenvolvido entre 2008 e 2011 e pelo qual a organização foi reconhecida na *World Summit Youth Awards 2011*. Este procurou capacitar um grupo de jovens em torno de temas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, *advocacy*, liderança, comunicação e outras competências sociais essenciais na relação com o Outro, contribuindo para que se tornassem verdadeiros “agentes” de mudança nas suas comunidades.

Mas porquê a preocupação de garantir a mobilização e o envolvimento dos/as jovens na reflexão em torno do Desenvolvimento Global? E como pode a Educação para a Cidadania Global apoiar esse processo de envolvimento?

«*O futuro da Europa está nas mãos dos seus jovens*». Assim se inicia a Estratégia Europeia para a Juventude 2010-2018, que reconhece o papel central que a juventude desempenha no processo de desenvolvimento de qualquer país.

Esta Estratégia identifica como prioridades para os/as jovens a necessidade de se: «*Investir na Juventude: atribuir mais recursos ao desenvolvimento das áreas políticas que afetam a vida quotidiana dos jovens e melhorar o seu bem-estar; Mobilizar a Juventude: promover o potencial dos jovens a favor da renovação da sociedade e dos valores e objetivos europeus.*» (Comissão Europeia 2009: 4).

Nesta tomada de posição da União Europeia e seus Estados-membros é visível a vontade de trabalhar para uma maior participação ativa por parte dos/as jovens na sociedade, definindo diferentes domínios de atuação como educação, emprego, participação, inclusão social, entre outros.

Esta Estratégia reconhece, especificamente, a importância de apoiar os/as jovens no seu processo de envolvimento com o Mundo, com os processos de definição e decisão de políticas globais, a nível nacional, europeu e internacional, dando como exemplo temas como as alterações climáticas, os Direitos Humanos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (agora substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a serem alcançados até 2030). Reconhece que isto só será possível através de maior diálogo entre jovens de todo o Mundo e de jovens com decisores políticos, com maior incentivo ao voluntariado, empreendedorismo e ao trabalho em prol do desenvolvimento nas suas próprias comunidades, referindo que é essencial «*Sensibilizar os jovens de todo o mundo*

para os direitos fundamentais e para as questões de desenvolvimento» (Comissão Europeia, 2009: 12).

Percebe-se, deste modo, que é uma Estratégia que defende a necessidade de os/as jovens terem maior relevo, garantindo o seu envolvimento ativo. Porém há ainda um caminho a percorrer.

A participação juvenil pode ser entendida como jovens ativamente envolvidos nas tomadas de decisão e agindo em prol de temas que lhes são relevantes (Bourn, D., n/d). Segundo este relatório, a verdade é que os/as jovens estão no centro de um contínuo processo de globalização, o que tem influência na forma como vivem, como se relacionam com as problemáticas sociais e políticas e como veem o Mundo. Assim, os temas atuais que são do seu interesse estão muitas vezes associados a assuntos globais, sobre os quais a juventude quer saber mais e nos quais se quer envolver.

Para isso, é importante não esquecer que os/as jovens têm o direito e a responsabilidade de apoiar a diagnosticar e resolver um problema que os/as afeta diretamente, sendo fundamental que sejam parte integrante na definição de soluções pois só assim poderão ver o seu papel reconhecido enquanto futuros líderes e enquanto membros ativos da comunidade (Hausen, D., 2002).

Aqui a Educação para a Cidadania Global tem um papel muito importante a desempenhar. Esta procura um desenvolvimento de competências não só baseado no conhecimento formal mas também aliado a uma maior reflexão crítica, questionamento e atuação sobre o Mundo, fundamentais para o alcance de maior justiça e transformação social.

Como esclarece Vanessa Andreotti «(a) *Educação para a Cidadania Global (...)* procura a ação comprometida dos cidadãos no sentido da transformação social, tendo por base valores como a solidariedade, a justiça social e a equidade. Esta é uma abordagem inovadora que se designa como *Educação para a Cidadania Global Crítica (...)* procura capacitar os indivíduos para a reflexão crítica e para a responsabilização sobre as suas decisões e ações, para que o compromisso assumido seja informado, responsável e orientado para uma ação ética.» (Andreotti, V., 2014: 57).

A nível nacional a aposta nesta educação crítica e transformadora está pautada na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (IPAD, 2009), atualmente em período de avaliação. E também aqui a juventude não ficou de parte, sendo as crianças e jovens em processos de educação, ensino e formação identificados como um dos públicos-alvo principais.

Por outro lado, no mais recente estudo do GENE – *Global Education Network Europe*, sobre o estado da Educação Global na Irlanda, a *task-force* sobre a Juventude da IDEA (*Irish Development Education Association*) defende que através do trabalho da Educação para o Desenvolvimento os/as jovens são capacitados, levando a que:

- Desenvolvam ações locais sobre temáticas do desenvolvimento
- Compreendam o contexto global da sua vida local, reconhecendo diferentes pontos de vista
- Estabeleçam ligações com pessoas, locais, assuntos nacionais e globais, entre as suas vidas e as suas diferentes dimensões, reconhecendo a interligação entre todas as pessoas do Mundo
- Reconheçam as semelhanças entre pessoas, ao nível local, nacional e global
- Examinem criticamente valores e atitudes
- Aceitem e valorizem a diversidade
- Aprendam sobre o trabalho levado a cabo por diversas organizações não-governamentais que desenvolvem atividade em torno do desenvolvimento, ambiente e outros campos
- Desenvolvam competências e metodologias que lhes permitirão agir contra a injustiça, preconceito e discriminação
- Questionem temas centrais do desenvolvimento, promovam e apoiem a justiça social, tomada de consciência, ação, questionamento e educação (IDEA's Youth Task Group, 2015: 6 in GENE, 2016: 78).

O envolvimento da juventude, a criação de espaços nos quais possa ser ouvida a sua voz, sobre os assuntos e temas atuais, deve, pois, ser visto como prioritário, sendo fundamental que os jovens europeus desenvolvam competências e conhecimento

essenciais para que possam contribuir mais e melhor para o futuro da Europa e do Mundo (Bourn, D., n/d).

1.1. MOBILIZAÇÃO DE JOVENS EM PORTUGAL

Ao falar da mobilização e envolvimento da juventude a nível europeu em torno de temáticas e agendas globais, é relevante olharmos agora para o contexto nacional de forma breve.

No início deste estudo exploratório recorreremos à análise do Eurobarómetro “O Ano Europeu para o Desenvolvimento – As Opiniões dos Cidadãos sobre Desenvolvimento, Cooperação e Ajuda” (Comissão Europeia, 2015), tornado público em Janeiro de 2015. Este questionário foi conduzido pela TNS, empresa de sondagens europeia, nos 28 Estados-membro da União Europeia, tendo sido entrevistados 28050 pessoas. Para este trabalho o grupo demográfico a ter em conta foram os/as jovens.

Especificamente no caso português, foram entrevistadas 1016 pessoas, sendo que mais de nove em cada dez portugueses dizem que ajudar as pessoas nos países em desenvolvimento é importante (93%). Entre o total de entrevistados, 123 eram jovens entre os 15 e os 24 anos e 138 tinham idades compreendidas entre os 25-39 anos.

Numa visão mais geral é possível afirmar que praticamente metade dos/as inquiridos/as apoiavam a promessa da UE de aumentar a ajuda aos países em desenvolvimento. Os/as mais jovens portugueses/as (14-25) foram os/as que se situaram à frente nesta intenção (51%) ainda que com um diferencial pouco expressivo de apenas 1% relativamente aos jovens entre os 25 e os 39 anos. Adicionalmente, os/as portugueses/as mais jovens (14-25) foram os/as que demonstraram maior otimismo em torno do impacto que ações individuais podem ter na ajuda a países em desenvolvimento (81%), em comparação com os 73% para os/as jovens entre 25 e 39 anos. Em termos dos mecanismos de apoio, os/as mais jovens portugueses/as consideraram que as doações são uma medida eficaz para ajudar os países em desenvolvimento (76%), em comparação com 71% de jovens com idades compreendidas entre 25 e 39 anos. Por fim os/as jovens

portugueses/as entre os 14 e os 25 anos veem na educação um dos desafios mais urgentes para o futuro dos países em desenvolvimento (32%) por comparação com os 29% dos/as jovens adultos/as (25-39 anos).

2. UMA NOVA AGENDA GLOBAL, O MUNDO HOJE

No campo da formulação e para lá das projeções individuais, “o dever coletivo” e o “futuro global” é hoje projetado pelos/as decisores/as políticos/as em Reuniões de Alto Nível e em documentos base para a ação formulados por um complexo número de Organizações, Agências, Filiais dentro de Organizações, Agências Nacionais de Desenvolvimento, Federações, Representantes da Sociedade Civil, Plataformas, Confederações. Todos/as são chamados/as, em incontáveis Fóruns e Conferências Mundiais, para discutir e dar resposta aos grandes desafios nos vários sectores. A identificação das problemáticas varia consoante as “*trends*”, a terminologia vai também variando produzindo anualmente novos “*hot topics*” que pautam a linguagem, a narrativa das Declarações, Planos e Agendas¹ criados para uma solução global para respostas aos problemas locais que afetam diariamente a vida de milhares de seres humanos. A produção de conhecimento científico associada a estes processos situa-se lado a lado com a produção de documentos de outro timbre - político - que têm como objetivo nortear a atividade dos Estados, criando um legado documental e institucional extremamente extenso e complexo, distante do/a cidadão comum e da opinião pública que, por um lado, tem conhecimento da informação de forma simplista ou, por outro, não tem o tempo nem o acesso a mesma, permanecendo cada vez mais distante da atividade política.

Vivemos tempos interessantes, de reformulação de políticas para a Cooperação e Ajuda Externa. 2015 foi um ano de mudanças significativas relativamente a alguns dos anteriores paradigmas que conduziram e condicionaram a Agenda Global na última década e as respetivas prioridades de intervenção assumidas pelos Estados, tanto do lado

¹ Alguns exemplos: ONU - Declaração do Milénio, Consenso de Monterrey, Declaração de Paris, Declaração de Doha, a Declaração de Parceria de Busan, mais recentemente a Agenda de Ação de Addis Abeba etc.

dos países doadores como do lado dos países recetores. Foi destacado, por isso mesmo, pela UE como o “Ano Europeu para o Desenvolvimento”. No jargão utilizado pelas Agências de Desenvolvimento e principais Organizações Internacionais 2015 foi mais um ano “de viragem”, “de mudança e transformação”, “de redefinição de prioridades”, devido à criação de uma nova Agenda Global, continuando o ciclo de criação de objetivos e monitorização baseada num conjunto de metas e a partir de indicadores mensuráveis. De 8 Objetivos que encontrávamos na Declaração do Milénio passamos, após quinze anos, para 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que pretendem reforçar os ODM e completar o que estes não conseguiram atingir de forma integrada e indivisível.

O processo de construção desta nova e mais ampla Agenda teve por base um processo participativo que envolveu, ao longo de 2 anos, diferentes atores em Fóruns de Alto Nível, como também representantes da sociedade civil e de organizações “grassroots” em todo o Mundo², contando com a organização de centenas de eventos e mecanismos de consulta pública que recolheram as prioridades e as sensibilidades dos mais diversos sectores. Para lá de um processo participativo válido, pensamos que a mobilização cidadã em prol da Agenda só pode ser possível se, em primeiro lugar, os/as cidadãos/ãs e seus representantes conhecerem a proposta 2030 e se identificarem profundamente com os valores presentes neste documento, que irão nortear as políticas públicas a nível global nos próximos 15 anos. Independentemente do ceticismo relativo à passagem da letra para a ação política, este é o documento fundamental que emana do mais Alto Fórum Internacional e que estará na base de todas as estratégias de Cooperação dos Estados Membros que o validaram.

A Agenda 2030, bastante mais ampla que a anterior, coloca como principais objetivos: continuar o trabalho já desenvolvido com a identificação da Agenda do Milénio; tornar universais os direitos humanos bem como a igualdade de género e concretizar na data proposta 17 Objetivos e 169 metas que enquadram três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental (Organização das Nações Unidas, 2015).

² Plataforma “The World We Want” - <http://www.worldwewant2015.org/>

O texto reflete a intensidade e complexidade do debate nos últimos anos pois abarca de forma geral quase todos os “*hot topics*” internacionais que têm pautado as prioridades nos vários sectores do Desenvolvimento. Encontramos no texto fundamentais referências como: a necessidade de erradicação da pobreza, o combate as desigualdades, a proteção do ambiente e dos recursos naturais, a perspetiva de um futuro coletivo (global) em que “*no one is left behind*” e todos têm acesso a educação de qualidade, sistemas de saúde e de proteção social, água potável e sistemas de saneamento básico. São apontados como problemas fundamentais neste documento a generalidade dos flagelos naturais e as alterações climáticas, os conflitos e violência extremistas, nomeadamente as ações terroristas, a migração forçada e deslocação de pessoas em situação em que a sua integridade física está ameaçada, entre outros. Como territórios fundamentais e prioritários encontramos a identificação de África, dos países menos desenvolvidos bem como os Estados Insulares de pequena dimensão.

Não existindo nenhum objetivo estritamente focado nas preocupações e especificidades dos/as jovens, os mesmos são referidos ao longo de toda a Agenda 2030. Porém são maioritariamente destacados no objetivo 4 – “Educação de Qualidade”. Aqui está pautada a preocupação de garantir o acesso livre, equitativo e de qualidade das crianças e jovens à educação, garantir que os/as jovens estão preparados para o acesso ao emprego e empreendedorismo bem como têm competências e conhecimentos fundamentais para participarem na promoção do desenvolvimento sustentável. É neste caminho que a Educação para a Cidadania Global, entre outras “Educações para” são referidas como essenciais (Organização das Nações Unidas, 2015).

Para além da identificação dos problemas, da descrição de um quadro normativo de valores globais fundamentais e da proposta de soluções, de alguma forma na sequência do que já havia sido feito na anterior agenda, há algumas diferenças fundamentais relativamente ao quadro anterior. Os ODM, enquanto criação do pós-90, foram criados com base num racional em que o Desenvolvimento Humano era destrincado do Crescimento Económico, o que significou a predominância de objetivos e metas de cariz mais social e menos económico. Apesar da validade destes Objetivos, um dos principais problemas dos ODM e uma das grandes críticas feitas a este quadro foi precisamente a falta de atenção dada à transformação da estrutura produtiva dos países e ao reforço das

capacidades e sectores económicos. A ideia estabelecida do “desenvolvimento”, como considerado ao longo dos anos 70, deixou a partir dos anos 90 de ter espaço na Agenda, passando a estar associado à redução da pobreza, à garantia das necessidades básicas, à valorização do indivíduo, excluindo a componente da transformação nas estruturas produtivas dos países. (Chang, 2009)

Apesar de se encontrarem nos ODM algumas referências a fatores económicos, os ODM eram predominantemente focados no desenvolvimento humano e significaram por isso a concentração de recursos em sectores ligados ao desenvolvimento social e menos recursos investidos em sectores que poderiam contribuir para o fortalecimento das economias com menos rendimento (Bhattacharya e Basnett, 2015).

A sustentabilidade dos investimentos realizados em infraestruturas em sectores como a educação e a saúde, por exemplo, seja na construção de hospitais ou escolas, está sempre, inevitavelmente, dependente da capacidade dos Estados, através da coleta de impostos e da dinâmica da sua economia para assegurarem os custos da sua manutenção.

Depois de um longo caminho de aprendizagem e críticas, os ODS são formulados com base nos contributos de uma larga consulta pública, respondendo a críticas formuladas, incluindo também nos seus objetivos fundamentais a promoção do crescimento económico, a prosperidade e trabalho para todos, sendo reforçada a importância do combate ao desemprego, em específico o desemprego jovem.

A formulação deste novo quadro normativo permite, por um lado, uma identificação coletiva mais ampla, distinta do paradigma anterior, já que estes Objetivos se aplicam a todos os Estados e não apenas aos países em Desenvolvimento e, por outro, continuar a perspetivar o Desenvolvimento de forma holística. Desta forma, reforça a ideia de que a avaliação do progresso de um país não se pode basear exclusivamente na avaliação do PIB nem, por outro lado, concentrar-se apenas no reforço dos sectores sociais. Um maior foco na transformação das estruturas económicas será provavelmente um ponto favorável ao progresso dos países de menores rendimentos a longo prazo, respondendo às principais preocupações que continuam no topo das inquietações das

populações nos países em desenvolvimento³, alinhando as reais prioridades dos/as cidadãos/ãs com as prioridades dos novos ODS.

3. JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM PORTUGAL E A NOVA AGENDA GLOBAL

3.1. METODOLOGIA

Na primeira fase desta investigação sobre a ligação das Juventudes Partidárias aos temas do Desenvolvimento Global, o ponto de partida foram os resultados do questionário do Eurobarómetro “O Ano Europeu para o Desenvolvimento – As Opiniões dos Cidadãos sobre Desenvolvimento, Cooperação e Ajuda” (Comissão Europeia, 2015) e a sua análise. Esta fase de investigação decorreu entre Julho e Setembro de 2015.

No sentido de alcançar uma comparação a estes dados, optou-se pela aplicação de um questionário junto das Juventudes Partidárias, tendo o Eurobarómetro sido a base, em termos de estrutura, mas ao qual foram acrescentadas algumas perguntas qualitativas para um maior aprofundamento da relação das juventudes partidárias com as questões de cooperação e desenvolvimento internacional.

A equipa de investigação tomou a decisão de concentrar a população em estudo nas estruturas da Juventude Partidária respetiva a cada um dos partidos com assento parlamentar no período em questão, nomeadamente a Juventude Social Democrática (JSD), Juventude Socialista (JS), Juventude Popular (JP), Juventude Comunista Portuguesa (JCP), Jovens do Bloco de Esquerda e Ecolojovem (Partido os Verdes).

Foram enviados um conjunto de 90 questionários, contabilizando 15 representantes por cada uma das estruturas juvenis, sendo estes/as jovens selecionados/as

³http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r6_dispatchno67_african_priorities_en.pdf

pelos dirigentes das Juventudes sem qualquer intervenção da equipa de investigação no processo de seleção. Desta amostra planeada foram recebidas respostas de 47 jovens participantes: 15 respostas por parte da JS, 15 respostas por parte do BE, 10 respostas por parte da JSD e 6 respostas por parte da JP. Relativamente à Ecolojovem não foi possível, nesta 1ª fase de trabalho e apesar de várias tentativas, obter respostas. Quanto à JCP esta estrutura não se demonstrou disponível na altura para participar na amostra. Em resposta, a JCP indicou que a abordagem do inquérito «fazia uma ligação às políticas da União Europeia para a juventude de uma forma que nos pareceu enviesada e com pouca margem para opiniões e projetos alternativos à integração na UE e às suas políticas.».

Após esta primeira fase, considerada mais exploratória da ligação destas estruturas às temáticas da educação e cooperação para o desenvolvimento, a equipa de investigação decidiu avançar para um momento de maior aprofundamento destas questões. Para tal foi realizado um *focus group*, caracterizado por ser uma oportunidade de debate mais aprofundado e possibilidade de confronto entre diferentes posições. Adicionalmente, foram consultados os sítios da internet oficiais de cada Juventude Partidária, no sentido de recolher informações sobre como as mesmas se definem e que prioridades estabelecem.

Mais uma vez foi tomada a decisão de concentrar a população em estudo nas Juventudes Partidárias associadas aos Partidos com assento parlamentar no período em questão, nomeadamente a Juventude Social Democrática (JSD), Juventude Socialista (JS), Juventude Popular (JP), Juventude Comunista Portuguesa (JCP), Jovens do Bloco de Esquerda e Ecolojovem (Partido os Verdes). O Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), uma vez que não tem definido em estatutos próprios a existência de uma Juventude Partidária, não foi considerado para a participação neste encontro de reflexão. Neste momento presencial, realizado nas instalações do ISEG a 17 de Fevereiro de 2016, era esperada a participação de dois elementos representantes de cada Juventude Partidária, tendo sido explicado previamente quais os temas e questões em debate no sentido de permitir uma seleção, por cada estrutura juvenil, do/a representante mais habilitado/a para discutir estas problemáticas e representar quais as visões e perspetivas da Juventude a que pertence.

Foi possível contar com a presença de 8 jovens: 2 representantes da Juventude Popular, 2 representantes da Ecolojovem, 1 representante da JSD, 1 representante da Juventude Socialista e 2 representantes da JCP. Por imprevisto, os representantes da estrutura Jovens do Bloco de Esquerda não marcaram presença, pelo que, mais uma vez, as conclusões e discussões que seguirão neste artigo não incluem todas as estruturas dos partidos com representação parlamentar. Um outro ponto importante passa por realçar que estes/as jovens, embora tenham participado no *focus group* enquanto membros de uma juventude partidária, não podem ser vistos necessariamente como representativos/as da opinião geral da organização partidária.

Este Focus Group foi programado em torno de quatro momentos de reflexão fundamentais, centrados sobre quatro questões:

Momento 1 – Valores – Quais os valores e princípios que devem nortear a luta contra a pobreza e as desigualdades a nível global?

Momento 2 – Conhecimento de Conceitos – Qual o conhecimento das Juventudes Partidárias em torno dos conceitos aliados à problemática do Desenvolvimento Global?

Momento 3 – Posicionamento Agenda 2030 – Qual o posicionamento e visões de cada Juventude Partidária em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Momento 4 – Posicionamento Agendas Nacionais – Qual a interpretação e posicionamento de cada Juventude Partidária em relação ao “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020” e à “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento”, dois instrumentos nacionais fundamentais quando se abordam as questões do Desenvolvimento Global?

O momento 1 – Valores – foi dividido em três partes:

a) Foi pedido aos/às representantes que, individualmente e de forma pessoal, indicassem quais os valores que devem nortear esta luta contra a pobreza e as desigualdades.

b) Foi-lhes pedido que partilhassem qual a posição da Juventude que integram, ou seja, quais os valores e princípios que a estrutura identifica como fundamentais nesta temática.

c) E por fim foi-lhes pedido que refletissem sobre qual pode e/ou deve ser a contribuição do Estado para este combate à pobreza e desigualdades globais.

Ao longo da sessão, a equipa de investigação reformulou a sequência das questões, passando do momento 1 para o momento 3 – Posicionamento sobre a Agenda 2030. Aqui foram lançadas diversas questões aos jovens presentes, nomeadamente: Qual é a importância deste tipo de Agenda Internacional? Concorda ou não com a existência deste tipo de Agenda e porquê? Esta Agenda é um instrumento eficaz para a luta contra a Pobreza e desigualdade? Como é que estes Objetivos (ODS) devem ser alcançados? Devem existir apoios financeiros para que estes Objetivos (ODS) sejam alcançados? Quem deve pagar? Países em crise devem contribuir financeiramente para que Estados em Desenvolvimento alcancem este tipo de Objetivos? As Juventudes Partidárias devem ter um papel na sua implementação? Estas questões procuraram medir essencialmente o conhecimento e posicionamento em torno de aspetos considerados mais objetivos e práticos.

Quanto ao momento 2 e 4, foram enviadas aos participantes, via correio eletrónico, diversas questões. Relativamente ao momento 2, relacionado com os conceitos fundamentais, foi-lhes pedido que indicassem uma definição e/ou comentário aos seguintes conceitos: Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação para a Cidadania Global, Cooperação para o Desenvolvimento, Coerências das Políticas para o Desenvolvimento, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta seleção de conceitos foi realizada pela equipa de investigação.

Finalmente, quanto ao momento 4 – Posicionamento Agendas Nacionais – a equipa pretendia uma análise de dois instrumentos nacionais essenciais – “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020” e “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento”. Solicitámos um breve comentário por base em questões como: O que destacam nestes documentos? Quais os pontos fortes e fracos? Como veem a

ausência de referência às Juventudes Partidárias? Têm um papel a desempenhar para a sua concretização? Qual a validade e pertinência destes documentos?

A estas questões, enviadas via correio eletrónico, apenas foram obtidas as respostas da Juventude Popular e da Ecolojovem, apesar de várias insistências por parte da equipa de investigação.

3.2. BREVE INTRODUÇÃO ÀS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM PORTUGAL

Na reflexão sobre a mobilização juvenil em torno de temáticas globais, torna-se relevante ter em conta as diversas formas que esta participação no Mundo pode tomar. As estruturas juvenis aliadas aos diversos partidos políticos são um desses modelos de mobilização e envolvimento dos jovens, ganhando especial destaque por se constituírem como locais de formação política de onde poderão sair futuros/as líderes a nível nacional.

Mas que Juventudes Partidárias são estas as que desenvolvem atividade em Portugal? O que as move, o que as caracteriza, como veem o Mundo?

A Juventude Social-democrata (JSD) diz que assenta o seu trabalho no princípio de que a “Nova Narrativa Social” composta por três pilares: cooperação, autonomia e responsabilidade. Defende que *«A nossa geração aspira a uma sociedade diferente com uma outra narrativa social. O objetivo essencial é o bem-estar global, universal e inter-geracional, construído num regime de cooperação suportado simultaneamente em responsabilidade e autonomia.»* (sítio online da JSD)

A JSD dá prioridade aos seguintes domínios (não obstante outras áreas de interesse como justiça ou política externa): educação, habitação, emprego, qualidade da Democracia, solidariedade inter-geracional, globalização do/a Jovem português(a), vida saudável e comportamentos de risco, cultura crítica e Democrática, coesão territorial e, finalmente, triângulo institucional: Estado, Mercado e o Pilar Social-Solidário.

Esta Juventude tem uma estrutura composta por diversos órgãos a nível nacional, nomeadamente: Mesa do Congresso, Comissão Política Nacional, Gabinetes

Coordenadoras Nacionais, Conselho de Jurisdição Nacional, Comissão Eleitoral Independente, Conselho Nacional.

A Juventude Socialista (JS), define-se como «(...) *empenhada na defesa dos valores do socialismo democrático e da República (...)*» (sítio online da JS), focando a sua atuação na procura de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, assente nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

A sua estrutura organiza-se a dois níveis: a nível local, através de núcleos e concelhias, que se poderão organizar em federações distritais e regionais; a nível nacional, composta pelo Secretário-Geral e a Comissão Nacional, eleitos pelo Congresso Nacional, e o Secretariado Nacional e a Comissão Política Nacional, eleitos pela Comissão Nacional. É composta ainda por estruturas autónomas, que se organizam por três áreas de intervenção: ensino – Organização de Estudantes Socialistas; autarquias – Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas; e sindicatos – Tendência Sindical Jovem Socialista.

A Juventude Popular (JP) assenta a sua visão em três pilares ideológicos: Conservadorismo, defendendo a «(...) *manutenção de tradições, instituições e formas de vida históricas (...)*» (sítio online da JP); Democracia-cristã, que defende a afirmação e aceitação de princípios morais que apoiam as questões sociais, ao mesmo tempo que reclama um modelo de sociedade em que Estado e iniciativas privadas atuam conjuntamente; e Liberalismo, modelo que «(...) *exige não só a liberdade de pensamento e individual, mas também a liberdade política e económica.*» No seu programa específico aborda a importância da dignidade da pessoa humana e da liberdade e responsabilidade, como valores essenciais à ação de cada um(a).

Defende a ligação e compromisso com Portugal e seu futuro, valorizando este sentido de pertença. Afirma o seu compromisso para com toda a juventude portuguesa, defendendo um forte sentido de comunidade, respeitando a diversidade, os direitos fundamentais, a independência, defendendo um Estado apenas regulador, uma Europa inclusiva e uma forte política bilateral e multilateral especialmente com os países da CPLP. Reconhecem ainda que vivemos num sistema «(...) *marcado pela interdependência, multipolaridade e heterogeneidade de modelos políticos, culturais, sociais e religiosos (...)*» (sítio da JP), sendo necessárias estratégias de defesa e segurança

adaptadas à realidade, bem como de defesa do ambiente que nos rodeia. Organiza-se, a nível nacional, pelos seguintes órgãos: Comissão Política Nacional, Mesa do Congresso Nacional, Mesa do Conselho Nacional, Comité Sup. Fiscalização e Disciplina e Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha.

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) nasce de uma história de luta por direitos, liberdade e combate ao fascismo. Identifica-se como “Organização Revolucionária da Juventude”, adaptando a sua atuação à realidade atual da juventude portuguesa, às constantes da sua vida e às batalhas que enfrentam. Procura uma transformação da realidade e da sociedade, dando real resposta aos problemas da juventude, garantindo direitos e aspirações e tendo por base o Socialismo e o Comunismo.

A JCP diz que quer unir os/as jovens «(...) *na luta contra a exploração e a opressão, contra o imperialismo, o racismo e a xenofobia, pela preservação do meio ambiente, pela paz, a democracia, a independência nacional, o progresso e a justiça social.*» (sítio online da JCP). Assume os princípios do internacionalismo proletário, numa sociedade global onde guerras e ingerências aumentam e põem em causa dos direitos dos/as jovens, e por essa razão é membro da Federação Mundial da Juventude Democrática, organização que luta por um mundo de paz, solidariedade e transformação social.

A Ecolojovem – Os Verdes, aliada ao Partido Os Verdes, surge da identificação, por parte dos jovens deste Partido, da necessidade de existir uma estrutura dedicada exclusivamente à juventude e suas questões específicas, aliado à forma de intervenção deste Partido, com quem trabalha em constante ligação.

Com vontade de dialogar, refletir e agir, esta “organização de juventude ecologista” recusa a passividade e o conformismo, valorizando a ação pela qualidade, justiça e paz bem como por uma sociedade mais ecológica e sustentável. Defende que neste caminho para a transformação a participação e colaboração entre os/as jovens será central. Luta contra a exploração, a opressão, o racismo, xenofobia ou qualquer outra forma de discriminação, procurando a preservação do meio ambiente e biodiversidade bem como a autoridade dos povos e progresso social. Por outro lado, reconhece que a ação conjunta entre diferentes organizações é sempre positiva e garante o enriquecimento de cada associação. Deste modo é parte integrante de diversas organizações como o

Conselho Nacional de Juventude, Conselho Consultivo de Juventude, Plataforma 40x25, bem como foi membro fundador da Federação de Jovens Ecologistas Europeus.

3.3. JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: COMO PENSAM SOBRE O DESENVOLVIMENTO GLOBAL?

Como referido anteriormente, a realização de um momento presencial com jovens membros de Juventudes Partidárias procurou ir mais fundo na análise da ligação destas estruturas às temáticas da educação e cooperação para o Desenvolvimento, pondo em confronto posições, nem sempre contraditórias, e criando espaço para o debate.

- Valores e princípios

Iniciando a discussão com um momento dedicado a discutir valores e princípios norteadores da luta contra a pobreza e desigualdades, lançámos a questão: **é importante lutar contra a pobreza e a desigualdade a nível mundial? Porquê?**

O ponto que reuniu maior consenso surge com a defesa de que nenhum país deve impor modelos, de governação, de organização de sociedade, etc., a países terceiros, sendo, deste modo, constantemente defendida a importância de respeitar a soberania de diferentes países. Como foi referido *«Claro que temos de ter uma ideia de solidariedade para com todos os povos mas não podemos ser nós a decidir como é que eles vão atuar e eles têm de ter a sua soberania e a sua independência, de forma a conseguir estabelecer as suas políticas e estabelecer os seus princípios, para que consigam resolver os problemas da pobreza.»* [Representante Ecolojovem].

Uma outra questão apontada relaciona-se com a necessidade central de analisar e atuar, em primeiro lugar, sobre as causas da pobreza e desigualdade globais existentes. Esta reflexão surge em torno de um debate relacionado com a relação de forças e poderes existentes no mundo bem como com os interesses globais em jogo, principalmente interesses económicos, muitas vezes antagónicos.

Por outro lado, um dos jovens refletiu sobre o próprio conceito de pobreza, aliando-o a uma noção de dignidade humana mínima. Para este representante, a integridade e dignidade humana representam, na sua visão, aquele que deve ser o limiar a partir do qual tudo deve ser justificável para alterar uma situação negativa. Foi também referido que, em países “subdesenvolvidos”, a forma de Governo existente muitas vezes dificultar esta luta contra a pobreza, afirmando que «(...) *o que está mal é a forma de governo que não quer ajudar a própria população.*» [Representante JP].

A reflexão passou também pelo “como”, ou seja, quais as soluções possíveis para apoiar a resolução das desigualdades existentes. Neste ponto distinguiu-se entre combater a pobreza em Portugal e “lá fora”, referindo-se a necessidade de criar mecanismos práticos a nível nacional e, em países estrangeiros, apoiar com o envio de dinheiro mas também com o envio de pessoas para o terreno e apoio às organizações não-governamentais já a atuar nos territórios. Neste ponto da discussão foi referida a agenda dos Direitos Humanos, tendo sido praticamente consensual de que, embora esta defina qual o limiar da dignidade humana e a base dos direitos humanos, a mesma acaba por não ser posta em prática por todos os países.

Após este debate inicial, dividiu-se o debate em 3 pontos essenciais. Foi pedido aos participantes que: i) a título individual e pessoal, apresentassem quais os valores que devem nortear esta luta contra a pobreza e as desigualdades; ii) refletissem sobre a posição da Juventude que integram, ou seja, quais os valores e princípios que a estrutura identifica como fundamentais nesta temática; iii) por fim, discutissem qual pode e/ou deve ser a contribuição do Estado para este combate à pobreza e desigualdades globais.

A nível dos valores pensados individualmente, houve grande consenso em torno dos seguintes valores, tal como nos indica a nuvem de palavras: solidariedade, respeito, dignidade e democracia, tendo ainda sido referidos outros como cooperação, bondade e genuinidade.



Na discussão em torno dos princípios que devem nortear a luta contra a pobreza e a desigualdade a nível mundial, agora pensando enquanto Juventude Partidária, referiu-se principalmente a importância da igualdade de oportunidades, do personalismo e meritocracia, da democracia, com referências ao papel da Constituição, e dos Direitos Humanos. Foram ainda referidos desenvolvimento sustentável, luta pela conquista de direitos, entre outros.



Os/as representantes foram convidados/as, seguidamente, a refletir em torno do papel, contributo e ação dos Estados para combater a desigualdade e a pobreza em termos globais, ou seja, em torno da visão destas Juventudes sobre qual deve ser o posicionamento e mecanismos dos Estados quanto as questões internacionais.

Voltou a ser defendido por uma maioria o respeito pela soberania e o garante da não ingerência ou imposição de modelos, havendo, em alternativa, maior diálogo e respeito entre os povos para desenhar soluções. Houve, no entanto, quem tenha defendido a ingerência desde que no âmbito de tratados existentes e nunca apenas em benefício dos países mais poderosos: «(...) *deve de facto existir ingerência senão não se consegue*

alterar aquilo que está errado, portanto a ingerência é um instrumento que se utiliza para a alteração de algo, agora acredito que isso nunca deve ser feito fora do âmbito dos tratados que regem essas mesmas ingerências.» [Representante JSD]. Foi também referido, por um dos jovens presentes, que a intervenção em diferentes países pode e deve ter com base interesses e vantagens mútuas.

Referiu-se a necessidade de se analisar e atuar sobre as reais causas das questões identificadas, referindo-se que «*A questão não pode ser nós resolvermos os problemas quando eles aparecem.*» [Representante Ecolojovem]. Por outro lado, também se abordou a necessidade de “focar os pontos de atuação” na luta contra a pobreza, definindo áreas prioritárias (como educação ou habitação).

Uma discussão em torno do posicionamento do Estado passou, necessariamente, sobre as visões em torno das organizações europeias e internacionais, como a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Aqui estiveram em discussão dois posicionamentos claramente contraditórios. Por um lado, uma clara importância atribuída a estas organizações internacionais e à sua atuação no terreno e, por outro lado, claras dúvidas e questões sobre funcionamento e processo de tomada de decisões da UE e da ONU. A resposta a estas dúvidas também não é consensual, tendo alguns/as participantes referido a importância de fortalecer estas organizações e as suas relações com os países “subdesenvolvidos”, sugerindo um reforço do envio de recursos humanos capazes e de ajuda humanitária quando necessário. Mas, e com uma posição mais abrupta, alguns/as participantes defendem uma completa alteração de sistema, sendo contra a União Europeia nos moldes em que atua e funciona atualmente.

- Agenda 2030

Como já explicado, após este debate em torno de valores e princípios, a equipa decidiu avançar para uma **reflexão em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, procurando perceber posicionamentos e visões das estruturas** presentes.

Começou por ser defendido que esta Agenda é utópica, tendo em conta o contexto histórico, ou seja, de no passado Agendas serem desenhadas mas não totalmente alcançadas. Por essa razão foi defendido que é preciso analisar criticamente estas Agendas

de Desenvolvimento anteriores, como o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e perceber «(...) *o que é que correu mal e o que é que podemos mudar agora, o que é que os Estados em particular podem mudar ou querem fazer de diferente (...)*» [representante JP], para se perceber o que aconteceu e o que não funcionou e porquê.

No entanto, a sua existência é vista como positiva e entendem que deve ser vista como uma prioridade. Acrescentam que é fundamental que se definam estratégias claras que garantam a sua implementação, com medidas concretas, até porque é uma Agenda que diz respeito a 193 países, diferentes entre si. Reconhecem, de forma consensual, ser essencial existir vontade e determinação política para com esta Agenda 2030, embora não exista consenso se a mesma já existe. Houve quem afirmasse que a mesma não entra na agenda política dos Partidos Políticos, “não é notícia”. Alguns/as jovens representantes defenderam que o sistema económico vigente atualmente é, em si mesmo, um fator impeditivo da implementação real desta Agenda e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados. Referem, a título de exemplo, o direito à água (contido no ODS 6 – Água e saneamento), afirmando que «*Nós queremos uma água potável, queremos que toda a gente tenha direito à água mas depois temos empresas privadas que querem a concessão das águas a fazer lobby junto dos governos por interesses económicos.*» [representante Ecolojovem].

Para colmatar esta ausência clara da agenda política, houve quem defendesse a necessidade de existir uma “desculpa” para um compromisso duradouro e para que o apoio financeiro possa ser efetivo, através de um carácter obrigatório e de sanções para o não cumprimento de objetivos e metas definidos. Deste modo, existiria verba utilizada para este fim “*independentemente de quem para vá para lá [para o Governo]*” [Representante JSD].

Para terminar, foi referido também que a própria Agenda 2030 já está contida na Constituição da República Portuguesa, defendendo que se esta fosse totalmente cumprida uma discussão em torno dos ODS não faria sentido uma vez que «(...) *já tinha estado efetivado na prática*».

Quando questionados em torno da possibilidade da existência de um consenso partidário em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi

reconhecido que os diferentes quadros ideológicos existentes têm um grande peso na interpretação dos próprios Objetivos, surgindo claras discordâncias.

Ao terminar este encontro de reflexão a equipa questionou sobre qual poderá ser o papel das Juventudes Partidárias na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Aqui foi referido que este tema pode ser incluído em momentos de debate, esclarecimento e consciencialização realizados por cada estrutura, tendo um dos jovens afirmado que «(...) *consciencializar é um ponto de partida para a ação*» [Representante JS]. De forma complementar, consideram necessário tentar a aproximação a estes temas por parte dos membros da Juventude Partidária a que pertencem, colocando os ODS na “ordem do dia” junto dos/as jovens que compõem a estrutura.

- Conhecimento em torno de conceitos

Como já foi referido anteriormente, o momento dedicado a perceber o conhecimento dos/as jovens de Juventudes Partidárias em torno de alguns conceitos importantes não foi realizado presencialmente, tendo sido pedido um contributo *online*, tendo apenas contado com os contributos da Juventude Popular e da Ecojovem.

- Relativamente ao conceito de Cooperação para o Desenvolvimento, destacaram a necessidade desta ser apoiada em princípios e valores como solidariedade, fraternidade e direitos humanos;
- Educação para a Cidadania Global é vista como «(...) *consciencialização para aquelas que são as questões que influenciam todos os cidadãos a nível global.*» [Ecojovem], tendo por objetivos facilitar o acesso a informação e dar oportunidades de reflexão, partilha e formação;
- Na noção de Educação para o Desenvolvimento referem a importância da educação como veículo importante para o desenvolvimento, envolvendo todas as pessoas e organizações numa reflexão crítica sobre o Mundo;
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento é definida como «(...) *assistência cedida por organismos públicos a países em desenvolvimento, procurando desenvolver índices de desenvolvimento e direitos humanos no país*

de destino.» [JP], tendo sido defendido que deve ser algo coordenado entre os diferentes países, baseando-se no diálogo e no respeito pelas culturas e costumes;

- O conceito de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento é entendido como tendo como principal objetivo a coordenação e articulação entre diferentes políticas de modo a não entrar em conflito com o Desenvolvimento Global, salvaguardando que nem sempre esta coerência é simples, como nas áreas da erradicação da pobreza ou do comércio;

- A definição apresentada em torno do que foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foca-se na parceria global entre países (desenvolvidos e em desenvolvimento) com o grande objetivo de eliminar a pobreza, tendo estabelecido compromissos para a promoção da dignidade, combate à fome, à desigualdade, à destruição do ambiente, entre outras. Foi defendido, nesta contribuição, que estes objetivos só podem ser concretizados se existir financiamento e não ficarem pelo campo das intenções nem se basearem em medidas como a austeridade e a generalização, sendo essencial uma «(...) *profunda mudança de políticas a nível europeu(...)*» [Ecolojovem];

- Por fim, na definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi salientado o carácter ambicioso dos mesmos, estando a sua concretização dependente do empenho de todos e salvaguardando que os mesmos estão consagrados na Constituição da República Portuguesa. São definidos como tendo o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável nas vertentes social, ambiental e económica.

- Posicionamento em torno de instrumentos Nacionais

Também as questões ligadas à interpretação e posicionamento de cada Juventude Partidária em relação ao “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020” e à “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento”, dois instrumentos nacionais fundamentais quando se abordam as questões do Desenvolvimento Global, foram tratadas posteriormente ao encontro presencial, tendo apenas contado com os contributos da Juventude Popular e da Ecolojovem.

Ambos os documentos foram vistos como relevantes para a sociedade atual. Sobre a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) foi referido que esta permite reforçar o compromisso feito em Portugal na área de ED numa escala internacional.

O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 foi visto como um documento destinado a afirmar uma posição por parte de Portugal, na política externa, podendo ser resposta nacional aos desafios da cooperação para o desenvolvimento, uma vez que aponta objetivos, princípios e prioridades. No entanto, foi referido que poderá não existir consenso na forma como estes objetivos e prioridades são definidos e alcançados, uma vez que existe quem defenda a necessidade de uma alteração de paradigma da sociedade. Especificamente foram apontados como pontos de discórdia temas como o Tratado Transatlântico e o modo como é realizada a Integração Europeia (salientando a ingerência económica).

Quando questionados sobre o peso das Juventudes Partidárias em ambos os documentos, foi reconhecido que, face à importância destes, estas estruturas juvenis estão ausentes mas deveriam ser “ouvidas”, “auscultadas” na sua elaboração, independentemente da cor partidária, uma vez que os documentos poderão ter repercussões no futuro nacional e devem conter aquilo que são as aspirações e dificuldades sentidas pelos/as jovens.

CONCLUSÕES

A história de trabalho conjunto e partilha entre ONGD e as Juventudes Partidárias tem sido praticamente inexistente. Tendo como referência dois documentos oficiais – “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020” e “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento” – é visível a não referência às Juventudes Partidárias como atores específicos.

No entanto, a relevância de trabalhar as temáticas ligadas à Educação e Desenvolvimento Global com jovens que são membros destas estruturas partidárias parece-nos ser fundamental, perante um cenário atual de crise de participação nos processos democráticos e de fortes transformações económicas e sociais, a nível nacional, europeu e global. Isto é particularmente visível através de uma maior desmobilização e afastamento dos/as jovens das estruturas partidárias que estão na base da representação parlamentar e por isso da tomada de decisão.

Começámos este artigo por lançar duas questões: qual o grau de participação e mobilização dos/as jovens portugueses/as para as temáticas da Cooperação Internacional? Qual o seu papel enquanto Agentes na mobilização e na advocacia junto dos/as nossos/as decisores/as políticos/as?

Com base na experiência levada a cabo com alguns/as jovens representantes de diferentes Juventudes Partidárias nacionais, num momento intenso de reflexão e discussão partilhada, é possível salientar um dado: estas estruturas juvenis, embora revelem um conhecimento relativamente limitado sobre as temáticas ligadas ao Desenvolvimento Global que foram discutidas, partilham entre si valores, que na perspetiva de quem trabalha a Educação para a Cidadania Global, são fundamentais e uma atitude de grande preparação e abertura para momentos de reflexão crítica. Reconhecemos que são estruturas que se definem como espaço de formação política destes/as jovens, dispostas para o diálogo sobre o que as une e o que as separa (algo já salientado aquando do primeiro estudo exploratório).

Por outro lado, apresentam-se como sectores dos próprios partidos políticos a que estão associados, reconhecendo a existência de diálogo e relação próxima com as agendas

desses mesmos Partidos, podendo de algum modo participar na formulação de prioridades.

Retomando as conclusões do primeiro estudo exploratório, se queremos que o sector do Desenvolvimento em Portugal veja a sua atividade apoiada consensualmente pelas forças políticas nacionais e pelos que supostamente serão os/as futuros/as decisores/as políticos/as do país então reforçamos que é imprescindível desenvolver mais iniciativas de diálogo com as Juventudes Partidárias, no sentido de fortalecer as suas competências como cidadãos/ãs globais e, desta forma, criar oportunidades para uma maior mobilização da opinião pública, e dos/as jovens que poderão vir a ter no futuro responsabilidades de liderança e representação parlamentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andreotti, V. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft versus critical, *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social* (Tradução Tânia Neves e Teresa Corte-Real), nº 1, 57-66 [Disponível em: <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/53-vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical>]

Artigo original: Andreotti, V. (2006). Soft vs. critical global citizenship education. *Policy and Practice: A Development Education Review*, 3, 40-51

Bhattacharya, D.; Basnett, Y. (2015). *Exploring spaces for economic transformation in the Sustainable Development Goals*. ODI

Bourn, D. (n/d). *Global Citizenship and Youth Participation in Europe*. UCL - Institute of Education [Disponível em: <http://sfyouth.eu/index.php/en/mm-about-en/reports/needanalysis>]

Chang, H. (2009). *Hamlet without the Prince of Denmark – How Development has disappeared from today's development discourse*. Cambridge [Disponível em: <http://hajoonchang.net/wp-content/uploads/2012/01/HamletwithoutthePrinceofDenmark-revised.pdf>]

Comissão Europeia (2009). *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia da UE para a Juventude - Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude*. Bruxelas. [Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009DC0200&from=PT>]

Comissão Europeia (2015). *Special Eurobarometer 421: The European Year for development – citizens views on development, cooperation and Aid*, Directorate-General for Communication [Disponível em: <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1973/yearTo/2015/surveyKy/2022>]

Hauses, D. (2002). Community Participation, Partnering with Youth – a rights, respect, responsibility paradigm. *Transitions*, Volume 14 nº 3, 1-2 [Disponível em: <http://www.advocatesforyouth.org/storage/advfy/documents/transitions1403.pdf>]

IDEA's Youth Task Group (2015). Development Education and Youth – Young People: Connected, respected and empowered, in GENE – Global Education Network Europe (2015). *Global Education in Ireland – The European Global Education Peer Review Process National Report on Global Education in Ireland*, GENE: Amesterdão e Dublin

IPAD (2009). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 – ENED* [Disponível em:

http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/estrategia_nacional_ed.pdf]

Organização das Nações Unidas (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* [Disponível em:

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E]

<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

Sítios na Internet – páginas oficiais das Juventudes Partidárias

- Ecolojovem - Os Verdes: <http://ecolojovem.blogspot.pt/>
- Juventude Comunista Portuguesa: <http://www.jcp.pt/>
- Juventude Popular: <http://juventudepopular.org/>
- Juventude Social-Democrata (JSD): <http://www.jsd.pt/default.aspx>
- Juventude Socialista (JS): <http://juventudesocialista.pt/>